Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, Presidente Manara faz abertura da plenária, cumprimentando a todos que estão participando via remota e presencialmente, justifica duas ausências, Gustavo Bahia e o Marcus Aparecido, ambos da Sabesp. Anuncia a substituição da conselheira titular da Univap, Valdirene Aparecida da Silva por Flavia Vilaça Moraes. Menciona a solicitação do Ricardo Law para inclusão de pauta: "dar conhecimento aos conselheiros sobre a reposição das mudas perdidas mais de 50 por cento no plantio da via cambuí", que será abordado. Prossegue com a aprovação da ata de nove de dezembro de dois mil e vinte e um, pergunta ao conselho se há alguma consideração ou manifestação a fazer e coloca para aprovação. Sem manifestação contrária ou abstenção a ata está aprovada por unanimidade. Entrando nos informes, Manara vai relatar para o conselho a situação da Agência Ambiental, que já foi apresentada no Comam a sua criação, com o propósito de realizar o licenciamento ambiental através de consórcio intermunicipal. São seis municípios a princípio que realizaram os procedimentos normativos suficientes para ingresso na agência, São José dos Campos, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal, Jambeiro, Paraibuna e Tremembé. Que no início do ano, recebeu uma comitiva de secretários municipais de Guaratinguetá que estão no firme propósito de ingressar na agência e a prefeitura de

Campos do Jordão que manifestou igual interesse. São José do Barreiro e Bananal que haviam assinado o protocolo de intenção em julho de dois mil e vinte e um reforçaram que vão desempenhar as aprovações normativas necessárias. Provável que ao longo de dois mil e vinte e dois já estejamos operando na agência através de um consórcio municipal com dez municípios dando ainda mais robustez a essa proposta. A agência já tem a sede, foi disponibilizada pela prefeitura de São José dos Campos, estamos terminando as discussões técnicas com apoio dos secretários municipais desses municípios e algumas pessoas que operam no sistema de licenciamento ambiental para que possamos consolidar e terminar a criação da plataforma eletrônica que vai dar suporte à agência. O secretário executivo que já se apresentou aqui no Comam, Claudio Scali, que é também conselheiro do Consema. Manara agradece a presença do vice-presidente do Comam também conselheiro do Consema, o Jeferson Rocha que chegou à plenária. Que o Consema está discutindo nesse momento a revisão da Resolução Consema zero um de 2018 e o Claudio Scali foi nomeado relator dessa revisão para que possamos modernizar o acervo da resolução original de 2018 que permite o licenciamento ambiental municipal. Eram cerca de 150 CNAE possíveis de licenciamento pelos municípios, essa revisão pretende ampliar esse acervo de CNAE, que são muitas atividades empresariais de baixo impacto, impacto local que pedem o desempenho no licenciamento através da agência. A revisão dessa resolução será importante porque ela vai olhar com mais atenção dentro de uma

norma, que atenda a esse modelo através de consórcio. Lembra a todos que a primeira experiência, dessa forma no cenário brasileiro foi em Minas Gerais que já tem experiência em licenciamento ambiental. Que seguramente no estado de São Paulo é a primeira experiência, mas o importante é que esse novo modelo procura dar mais celeridade, mais atenção aos licenciamentos ambientais do Vale do Paraíba sem perder a robustez que é a característica da licença emitida pela CETESB. A consolidação da agência no espaço físico já tem móveis cedidos pela prefeitura de São José, e a parte final da plataforma. O diretor Teles, conselheiro do COMAM está dando um apoio na agência enquanto ela não se consolida. O chamamento para compor a equipe dos dez técnicos está por ser lançado. Manara dá sequência e faz menção à indicação de conselheiros para compor o controle social e fiscal do consórcio. Uma parte importante da estruturação da agência, como consórcio de seis municípios. Cada município participante do consórcio, vai indicar dois membros do conselho de meio ambiente, um do poder público, outro da sociedade civil para compor essa parte importante da agência que vai ter a prerrogativa, de requerer da secretaria executiva que apresente a esse conselho de controle social, os licenciamentos que estão em discussão no âmbito da agência, eventuais documentos que tenham sido emitidos e esse conselho vai ter uma autonomia com a prerrogativa do controle social de trazer ainda mais transparência e participação da sociedade civil com poder de analisar, de questionar e trazer a secretaria executiva e a diretoria. Sugere que seja dado um prazo para

o Comam de São José dos Campos, indicar o seu representante que quiserem fazer parte desse conselho fiscal e de controle social da agência ambiental do consórcio. Comunica a todos que recebeu um oficio do Ministério Público com referência a denuncia de suposta supressão de árvores em área localizada próxima a antiga Estrada Municipal do Pinheirinho, para construção do projeto denominado Linha Verde e questionamento sobre atuação do município com relação à compensação ambiental. O Ministério Público encaminhou à presidência do Comam um ofício pedindo esclarecimentos sobre os fatos e informações sobre a área em questão, solicitando cópia do respectivo procedimento administrativo e contrato sobre eventuais irregularidades constatadas em relação a eventual supressão ilegal da vegetação ou acúmulo de entulho e outros danos ambientais. Manara informa ao conselho que o denunciante é Lucas Lacaz, presente na plenária. Que a resposta da prefeitura foi encaminhada para o Ministério Público com o laudo e as medidas compensatórias e que a licença de instalação da linha Verde já acolheu todas as informações sobre as supressões realizadas e as que compuseram o acervo. Assim como ocorreu na obra do Arco da Inovação, o pagamento da medida compensatória foi realizado antes do início da própria obra e muito antes do término do prazo estabelecido na própria licença. Essa importante informação foi trazida na plenária do Comam e a prospecção de novos locais e plantio. Um novo contrato financiado pelo FUMCAM irá atender ao plano municipal de arborização que vai até 2029, com a prospecção de 30 mil locais para plantio e 55 mil

árvores plantadas. Que já foram plantadas as árvores compensatórias no parque Santa Julia. Já somam 12 mil plantios, não só a compensatória da Linha Verde, mas outros compromissos do primeiro mandato do prefeito Ramuth. No local tem uma nascente formada do lago Santa Julia que compunha o parque, de onde estão sendo feitos vários investimentos urbanísticos e entregue à população de um parque linear que atende também a outros compromissos da via Cambuí. Da Linha Verde, três mil e quatrocentas das doze mil já estão plantadas e dizem respeito ao cumprimento antecipado da medida compensatória estabelecida na Linha Verde. Manara faz convite ao conselho para fazer uma visita técnica para o complexo do parque linear do Santa Julia que nasceu de uma demanda colocada pela população nas audiências públicas no plano diretor em 2018. A região reside cerca de 30, 40 mil pessoas que não dispunham de uma área de lazer, um parque público que nasceu no plano diretor. Essa implantação do parque linear de Santa Julia responde a essa provocação. Ela é seguramente talvez dez vezes superior ao que foi solicitado, mas também disponibilizou esse acervo de áreas para que pudéssemos assentar e fazer uma grande concentração de cumprimento de medidas condicionadas que convertam na qualidade ambiental, na proteção desse manancial e principalmente, na oferta de um equipamento público reconhecido como um dos mais interessantes, um tobogã, feito pela equipe de projetos especiais que está virando um show de parque linear e já é referência para o estado inteiro. Manara sugere uma visita técnica dos conselheiros em

resposta ao inquérito em cumprimento dessa e outras tantas medidas. Com a palavra Lucas Lacaz que diz ter visto supressões sendo feitas em vias rápidas e na própria ponte estaiada. Sugere que nesses locais onde há supressão sejam fixadas placas com identificação e informações onde está sendo feito a compensação. Manara lembra que ocorreu na Avenida dos Astronautas o corte de algumas árvores para fazer uma ciclovia. Além do instrumento compensatório, a prefeitura já plantou na própria ciclovia espécies nativas. Saíram de lá, Eucalipto, Grevilhas, Leucenas e deram lugar exclusivamente no local espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica. Além das duas mil e seiscentas mudas que já foram plantadas em parte dentro do muro do CTA formando um pequeno fragmento e também numa outra área verde, assim ocorrerá na linha Verde, onde projeto prevê um paisagismo funcional com jardim de chuva, com dinâmicas de micro drenagem e principalmente, uma extensão de árvores ao longo da linha Verde. Foram suprimidas 121 árvores e serão plantadas além dessas três mil e poucas que foi plantada no Santa Julia, ao término da obra, os mesmos locais receberão em substituição aos pinus e algumas nativas que foram suprimidas, mas receberá um corredor arbóreo exclusivamente de nativas. Com a palavra Ricardo Law pergunta sobre as mudas que terão que repor na Via Cambui. Manara responde que já conversou com o secretário Minoru e a equipe do DGA que já está fazendo o levantamento e a previsão é da reposição de 200 mudas. Segue informando ao conselho sobre a aprovação do novo código de obras na quinta-feira passada na Câmara Municipal, tema

que foi bastante discutido no Comam, que fez parte de uma câmara técnica junto com o CMDU em que foram colhidas várias sugestões e contribuições. Ricardo pergunta se existe algum link da prefeitura para acessar para ver onde foi feita a compensação ambiental de determinado empreendimento. Manara responde que ainda está avançando para disponibilizar no Portal da Transparência que cada obra tem o acervo de informações, o contrato. A prefeitura dispõe de um ícone chamado "De Olho na Obra", que oferece o acesso para o cidadão acompanhar a obra. O que foi feito, as fotografias, a evolução. A questão da compensação também irá subir para alimentar esse ícone. A informação é pública, o contrato de plantio das 12 mil árvores do Santa Julia está publicado no Portal de Transparência, a empresa que foi contratada, quanto está sendo pago, o cronograma e as medidas condicionadas. Que esses contratos foram consolidados, assinados decorrentes do recurso do FUMCAM aprovado pela plenária do Comam e na próxima reunião vamos apresentar um balanço. Manara passa a palavra para Teles da SEURBS que informa aos conselheiros com referência ao chamamento público, que a Univap e o Célio Lemos já foram convocados, já apresentaram a documentação que está sendo analisada. Nos próximos dias teremos um retorno com relação aos contratos. Manara lembra que Teles está fazendo menção ao edital zero um do FUMCAM que teve a participação de 15 proponentes, ONGS e instituições e estão em vias da aprovação final para dar início aos trabalhos. Fala a respeito da negociação do parque do Cerrado, que abriga o pagamento de

medidas compensatórias que estavam esquecidas desde 1999. Que o esforço de consolidação de 30 hectares de uma área de relevante interesse ambiental, foi possível porque o interesse da prefeitura em recepcionar essa área e assumir os custos de uma unidade de conservação de proteção integral, foi negociado para que passasse uma régua na conta que estava pendente desde 1999. Não foi fácil até obter as informações, pedimos para CETESB e adotamos uma estratégia extremamente inovadora que a doutora Patrícia presidente da CETESB falou que ia ser um marco, que a CETESB buscaria replicar esse mecanismo com outras prefeituras no estado para que pudesse pagar essas contas atrasadas. E isso se consolida numa unidade de conservação de proteção integral urbana, que é outra coisa extremamente difícil hoje de pilotar, dadas as condições, os retrocessos da legislação e dos mecanismos que vem do governo federal com relação ao trato da questão das unidades de conservação. Esse assunto foi trazido nas reuniões do Comam e lembra que o Santa Julia recepciona o acervo de TCRA da primeira gestão do governo Felício e que são nove TCRAS e obras que formam esse fragmento de cerrado, fragmento urbano que protege uma nascente e um córrego urbano. Então são duas iniciativas que qualificam e deve ser colocado nas informações disponíveis para toda população. Que o conselheiro, ele representa uma instituição, um segmento, sendo parte fundamental da função pegar as informações e replicar para os seus pares, seus grupos das redes, das mídias sociais. Manara passa a palavra para Jeferson Rocha, vice presidente e conselheiro, que retomando sua

presença nas reuniões, justifica que o motivo da sua vasta ausência no ano passado foi porque sofreu dois acidentes em janeiro. Manara informa ao conselho o falecimento do doutor Fernando Delgado, que foi conselheiro por muitos anos no Comam, um ambientalista ativo, participante e pai do ex-presidente Lincoln Delgado. Uma notícia muito triste para o Comam e proponho aqui aprovarmos uma manifestação de pesar para ser encaminhada ao Lincoln Delgado em nome do conselho municipal. Em respeito Manara pede um minuto de silêncio pelo trabalho do ex-vereador Fernando Delgado. Manara passa a palavra para Paula apresentar um acordo de cooperação técnica com várias instituições que são a Fundação Florestal, ICM-Bio, Muriqui Instituto de Diversidade e Associação Regenera de São Francisco. Está fazendo um esforço grande voltado à conservação dos primatas existentes no nosso território. São José tem pelo menos cinco espécies, é raro um município com território nessas condições cinco espécies de primatas, sobretudo em São Francisco. Que uma vez firmado esse acordo que está em análise jurídica em várias instituições, Que as ações foram apresentadas para o Conselho Gestor dos Fundos, Essas ações consistem basicamente em realizar um estudo para conhecimento do grupo que vivem no Alambarí. A espécie é bastante ameaçada, estão entre as 25 espécies de primatas mais ameaçadas do mundo, eles não têm nenhum tipo de cruzamento com outra espécie. A segunda ação, ela envolve outra área aonde também tem ocorrência que é o parque Augusto Rusqui, que hoje é uma unidade de conservação. Foi feito um monitoramento há três

anos, durante dois anos e foram identificados, pelo menos, cinco grupos em torno de 40 animais. É da espécie sagui de tufo preto e o sagui de tufo branco. Uma é de origem do cerrado e outra é de origem do nordeste. Como eles são muito traficados, eles tendem a ocupar os territórios, e vêm para a casa das pessoas. Correm o risco de cruzar com os nossos saguis nativos e a genética vai se deteriorando e a espécie vai se perdendo. Paula mostra num quadro que tem uma propriedade particular e nessa matinha que está circulado em amarelo tem uma população, um grupo de pelo menos 20 saguis exóticos. Mostra que tem o fragmento mínimo de mata entre a população do Rusqui e a população da fazenda. Então é urgente a retirada desses animais com a autorização do proprietário, fazer a esterilização e soltá-los novamente. O proprietário vai manter esses animais lá só que eles não vão poder mais cruzar com nossos bichos e com isso, elimina esse fator risco. A terceira ação é identificar justamente os indivíduos isolados, que normalmente está numa árvore, num fundo de quintal ou então em alguma matinha, eles são altamente ameaçados. Precisa se fazer o manejo da espécie, testar protocolos que até hoje nunca foram testados por primatólogos que vão estar diretamente ligados a essas ações. E a quarta ação é a educação ambiental, onde terão várias ações envolvendo educação e sensibilização de munícipes, sobretudo moradores próximos as áreas que esses animais vivem. A ideia é fazer com a Universidade de Viçosa para poder divulgar essa espécie e as ações de proteção. Paula explica que trabalhar com a Universidade Federal de Viçosa em razão de ter um professor docente coordenador

o Fabiano Melo, já está no território, participou dos dois últimos seminários de conservação de primatas em São Francisco, está apoiando esse projeto. Inclusive já foi comprado equipamento de drone para observar os Muriquis que já estão sendo estudados em São Francisco. Com esse equipamento é possível observar muriquis que são bichos gigantes, e os sensores da câmera termal de alta resolução também identificam bichos menores como saguis. O cronograma e as ações devem durar 12 meses. Têm vários relatórios e elas estão todas embasadas no Plano de Ação Nacional para Conservação de Primatas. Com apoio do CPB que é o Centro de Primatologia do Brasil, e com essas ações São José deve, com certeza, mudar o patamar de conservação da aurita no nosso território. Paula apresenta a tabela dos custos, resumido, que foi apresentado para o Conselho Gestor de Fundos e aguarda que a plenária valide. Com a palavra o Presidente Manara que antes de colocar para deliberação, enaltece esse trabalho com primatas, que esse esforço vem coroar, pois a mais de dois anos que São José dos Campos tem dado através da prefeitura municipal um apoio muito importante para desenvolvimento de pesquisa de base e isso foi amplamente falado no seminário pela doutora Karen e Fabiano Melo o quão importante é ter, infelizmente, como talvez a única prefeitura no Brasil que apoia decisivamente o desenvolvimento de pesquisa de base com primatas no território. Destaca os profissionais de toda equipe da DGV, também o Alberto Queiroz que faz um trabalho de aglutinador, provocador de eventos e encontros não só com primatas. O Marquinho, subprefeito de São Francisco, o

pessoal da SIDE, Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico com a equipe de turismo que há mais de dois anos estão desenvolvendo esses trabalhos de fundo. Para finalizar Manara acha importante ter um conselho de meio ambiente como o Comam de São José dos Campos, um conselho forte, histórico, atuante, decisivo, trazer essas pesquisas, esses profissionais para apresentar esses projetos e destinar esses recursos do Funcam, é que possibilitam isso. E que o colegiado atuando junto com o poder público, promove pesquisas de base que fundamenta a base de conhecimentos. Estamos preenchendo lacuna de conhecimento, uma das principais finalidades de um Fundo Municipal de Meio Ambiente, onde podemos atuar junto com a Universidade abrindo espaço para bolsista, que estarão desenvolvendo pesquisa e fomentando turismo sustentável. Então, ao analisar esse tipo de projeto, aprovar a destinação de recurso, estarão promovendo para além da questão específica do aurita e da tamanha relevância. Mas para além porque é todo um desenvolvimento que vai posicionar São José dos Campos como a capital dos primatas da Mantiqueira. Já estamos discutindo inclusive a recepção e também fomentar todo um turismo de observação de primatas, observação de aves que é um turismo extremamente sustentável e bem-visto e que pode ajudar a desenvolver o tão almejado desenvolvimento sustentável para toda região do São Francisco Xavier e a zona norte de São José dos Campos, abrindo espaço, gerando emprego e renda. É a biodiversidade gerando oportunidades. Então, esse olhar muito focal que os conselheiros do Fumcam têm tido, está sendo fundamental

para que se possam sustentar esses mais de dois anos de pesquisa com primatas aqui no território de São José dos Campos. Com a palavra Marcos Almeida, da Urbam que elogia o projeto para a preservação desses primatas que fazem parte aqui da nossa cidade. Com a palavra Paula, que explica a questão de escolher técnicos de fora, o critério é que para executar essas ações é preciso de um conhecimento especializado. O Brasil é rico em primatólogos só que eles estão situados fora do eixo do Vale. O Vale tem essa deficiência no sentido de formação. O Fabiano apoiado pela Karen é da Universidade Federal de Viçosa, que tem um centro de conservação de saguis da serra, um criadouro minimamente para gente lidar com uma situação de que o que fazer com esse bicho que está aqui sozinho nessa árvore. A Univap tem formação de biologia e medicina veterinária, então a parceria formal do poder público precisa executar as ações, melhor do que contratar empresa de consultoria. Faremos um acordo de cooperação técnica com a universidade pública e com o conhecimento que é preciso para atrair parceiros locais que a gente vai precisar continuar com esses trabalhos. Manara justifica a ausência do conselheiro Lincoln em razão da situação do Pai. Com a palavra o conselheiro Juarez que fala sobre a questão do aurita, que acredita que ficou muito bem explicado pelo Presidente Manara e pela Paula, da importância de se promover esse estudo por especialista e a sugestão que está sendo feita pela Universidade Federal de Viçosa que foi que subsidiou em São Francisco a questão do estudo dos primatas onde as maiores autoridades primatas do mundo estavam presentes. Juarez

também fala a respeito ao avanço na questão da arborização urbana em São José dos Campos. Uma equipe da prefeitura já inseriram numa plataforma todos os dados de arborização do município e a prospecção está se iniciando nos locais de 30 mil árvores para o plantio através de tablet, com uma tecnologia nova para identificar esses locais e com recursos do municipio. Estamos avançando nas informações disponíveis sobre arborização. Já está concluída no município de São Francisco Xavier, toda a arborização urbana do município, devidamente cadastradas. Também o programa Saúde nas Árvores sendo feita nas principais avenidas e precisamos avançar na questão da educação ambiental. É fundamental para que não tenhamos vandalismo. Vamos fazer um trabalho de conscientização muito forte na questão da educação ambiental. Manara passa a palavra para Madureira da SEURBS que cumprimenta e todos, está representando um grupo de trabalho envolvendo o departamento de áreas verdes através da Andreia e pela equipe de educação ambiental, onde se debruçaram sobre esse desafio que é trazer educação ambiental e capilarizar educação ambiental em relação à arborização urbana em São José dos Campos. Que já teve vários avanços, como o Juarez colocou na questão da gestão ambiental, da arborização com tecnologia, com sistemas avançados. Que é preciso aproximar ainda mais a população através da educação ambiental e esse termo de referência que a gente traz, é um desenho no sentido de poder trabalhar muito além da parte da comunicação ou da panfletagem, uma sensibilização que se dá através do que chamamos de gestão

participativa. Então, o primeiro pilar desse termo de referência é a gestão participativa, de construir com a população essa arborização, renová-la e dar continuidade. Não é uma campanha simples, é contínuo e o terceiro pilar da educação ambiental é ela trabalhar tanto com as escolas a educação ambiental formal, comunidades, lideranças de bairros. Essa educação ambiental que chamamos de não formal, ela é primordial. A estrutura das atividades, colocadas em cinco grandes etapas, a primeira a entrega do plano de trabalho construída a várias mãos a partir desse desenho onde a empresa depois de contratada teria uma estratégica da educação ambiental, a mobilização e sensibilização prévia da comunidade. A importância de ter uma contratação de uma empresa ou de grupos, de uma ONG que ajude a transformar essa cidade e como a gente está acompanhando esse processo. Por fim a questão de consolidar essa rede de cooperação que todo esse trabalho vai construir. Ter os voluntários, os grupos nos bairros já envolvidos com a arborização e já sistematizado dentro desse trabalho. A previsão é de 24 meses de trabalho nessa contratação sendo a expectativa de 437 mil e 500 reais por ano para desenvolver todo esse trabalho. Madureira coloca-se a disposição para tirarem algumas dúvidas ou sugestões. Com a palavra Manara, que antes de encaminhar para deliberação, agradece a participação dos conselheiros que fazem parte do Conselho Gestor dos fundos municipais tanto no FUMCAM como no Fundo Municipal de Serviço Ecossistêmico FMSE que já analisaram, e participaram de uma reunião com essa mesma apresentação, debates, aonde os dois

projetos, as duas propostas foram aprovadas por unanimidade. É sempre importante essa câmara que promova o controle social e o acompanhamento depois da realização desses trabalhos. Então, lembrando que conforme feito ao longo de 2021, todos os projetos financiados pelo Funcam serão apresentados em balanços periódicos. Manara coloca para deliberação a aprovação dos dois projetos propostos, pede que se manifestem aqueles que são contrários ou que queiram declarar abstenção e os que aprovarem permaneça como estão. Nenhum voto contrário Manara parabeniza Madureira e Paula pela apresentação, os projetos foram aprovados por unanimidade pelo conselho do Comam nessa reunião. Com a palavra Juarez da DGA, que agradece aos membros conselheiros do Comam que entenderam a necessidade, a importância desses dois grandes projetos. Sugere que dentro da programação da Semana da Água, seja incluída a visita dos conselheiros do Comam ao Parque Santa Julia, Parque do Cerrado e PNMAR. O presidente Manara aprova a ideia e se prontifica a solicitar um micro-ônibus para o transporte. O calendário oficial será encaminhado e essas visitas técnicas serão agendadas. Na sequência Manara fala a respeito da aprovação do novo Código de Obras, das participações do Comam nas câmaras técnicas, das apresentações, do fator de sustentabilidade um dos seus principais destaques que São José dos Campos praticamente aboliu a construção convencional. Todos os projetos a serem colocados para aprovação aqui na Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade sejam eles de residência, comércio, serviço e indústria, eles têm que adotar o mínimo de

sistema, equipamentos de construção sustentável. Então isso ficou bem legal porque me parece que também isso é a primeira cidade do país a promover, mas o importante é que a gente consagra aquilo que o plano diretor e o zoneamento já trazem essa vocação do ambiente construído, o uso e a ocupação do solo privilegiando esses fatores de sustentabilidade, esses equipamentos. Lembrando que aumentar área verde, permeável, plantar mais árvores, fazer telhado verde, painéis fotovoltaicos, sistema de economia da água, uso de agregado reciclado, são 83 dispositivos que os projetistas podem optar para atingir uma pontuação mínima que é de 150 pontos, mas não atingindo, o projeto não é avaliado. Manara parabeniza o setor da construção civil que foi bastante partícipe nessas câmaras técnicas, Comam e CMDU que abraçaram desde o plano diretor, o zoneamento, esse novo olhar colocado nessa gestão, ordenamento territorial e agora disciplinamento do ambiente construído ao promover essa inovação no novo Código de Obras. Haverá outas regulamentações a partir dos dispositivos que acompanham essa lei. Serão decretos regulamentadores que terão habite-se automático, a ampliação do que passa a ser obrigatório e não mais optativo. Manara agradece os conselheiros do Comam que participaram dessa trajetória de construção de um novo Código moderno, sustentável e que vai disciplinar esse ambiente construído para a cidade de São José dos Campos. Não só permanecendo com a qualidade urbanística que é uma característica da cidade, mas inovando para uma cidade mais resiliente, mais adaptada, mais alinhada aos desafios das mudanças

climáticas, com economia de água, de energia, diminuição da poluição. Enfim, tudo aquilo que traz na possibilidade do Código de Obras contribuírem para esse disciplinamento. Com a palavra a conselheira Fabiana, que parabeniza a equipe que construiu o Código de Obras, que ficou bem moderno e é um novo marco para fechar o complemento da legislação. Plano diretor, lei de zoneamento e Código de Obras, fecha um ciclo de legislações. Com a palavra Lucas Lacaz que pergunta sobre as construções já existentes, o que consta no código para fomentar essas construções para que também façam essas adaptações e cita como exemplo o painel solar que é relativamente fácil, captação de água. Manara responde que o Novo Código de Obras ele fala das várias possibilidades tanto de construção de uma nova obra, uma nova casa, um novo comércio como também de reformas. Abre muitas possibilidades a isso, tem outras leis já vigentes, como por exemplo, redução de IPTU para telhado verde e para painéis fotovoltaicos e geração de energia fotovoltaica. Há uma lei federal em fase final, que já passou pelo Senado que vai instituir como essas possibilidades de desconto de IPTU por conta de incentivos e sustentabilidade. Então, é uma questão inexorável e as possibilidades não só de incentivos diretos, redução de tarifas, mas mais do que isso São José dos Campos que ao propor um código de obras, um plano diretor de zoneamento que abrace essas questões de sustentabilidade, queremos que São José seja uma cidade referência da tratatividade de empresas que ofereçam esses equipamentos e esses produtos, assim vamos conseguir baratear esses custos. Então a

própria prefeitura nas compras sustentáveis, fez isso acontecer com asfalto ecológico. Quando falamos em usar em todas as obras viárias de São José dos Campos o blend de pneus velhos no asfalto, a maioria das pessoas falou que não conseguiríamos porque não tem esse produto no mercado, que ficaria custo elevado. A própria ONG que desempenha, desenvolve tem assento no conselho estadual de meio ambiente e nos alertou que a maioria dos municípios não consegue fazer isso porque há uma série de problemas, mas São José vai ser a primeira cidade a ter na política pública agregada reciclada. Então, o poder público nas suas obras públicas já está comprando agregados reciclados para fazer uma base de sustentação e viabilidade econômica para que as empresas possam vir e se instalar em São José e oferecer esses equipamentos. Então mais do que o atrativo financeiro, mais do que estabelecido na política pública como regra e incentivos tributários. É esse ambiente, fazer essa economia circular para que a gente possa ter em São José dos Campos, uma cidade referência para isso, e acabam gerando emprego e renda, novos nichos de negócio, novos nichos de serviço para que a sustentabilidade seja definitivamente incorporada no ambiente construído em São José dos Campos. Manara passa a palavra para Juarez da SEURBS, que irá relatar os projetos e implantação e restauração florestal dos projetos financiados, a restauração florestal, o Fundo Nacional do Meio Ambiental, o TEVAP com recursos da Agência Nacional das Águas que já anunciamos aqui no COMAM. Juarez inicia informando que essas duas frentes são muito importantes para o saneamento

diversidade e biodiversidade da região norte de São José. Que ano passado foi feito um trabalho de prospecção junto aos moradores de São Francisco Xavier para começar esse trabalho com os TEVAPs, mas devido a um problema com a empresa contratada, pela não continuidade dos trabalhos rompemos o contrato. Não houve nenhum ônus para o município, mas tivemos que romper por conta da não instalação dos TEVAPS conforme foi solicitado e no tempo combinado e a empresa não estava conseguindo produzir. Em 2021 foram instalados 15 TEVAPS e começamos esse ano com 15 TEVAPS novos, sete já estão prontos para receber o material que vai no seu interior, pneus, agregados e terra para receber o preenchimento. Sete unidades já escavadas, vistoriados essa semana e um com radier já pronto. Esperamos que a empresa que ganhou agora consiga tocar de fato a questão dos TEVAPS pois a dificuldade está na questão da logística, os terrenos são distantes, uma série de dificuldade que foi apresentada. Quanto a questão da restauração do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em 2020, deparamos com esse projeto que havia sido aprovado em 2016 no Fundo Nacional do Meio Ambiente, mas que ainda não tinha sido executado. Retomamos contato com Brasília, e conseguimos um prazo adicional porque o convênio venceu em 2020 e não gostaríamos de perder esse recurso e nem oportunidade de restauração. O Ministério prorrogou o convênio para mais dois anos, de 2020 até 2022 e passamos a acompanhar mais de perto o projeto. Esse planejamento individual das propriedades possibilitou começar o trabalho, hoje são cerca de 98 hectares de

restauração 32 produtores rurais beneficiados, aproximadamente 70 mil mudas em plantio. Esperamos encerrar em fevereiro, talvez se estenda um pouco para março. No mês de março, as ações de restauração e isolamento das APPS e cercamento dessas áreas. Dentro desse aspecto, estaremos cumprindo em 2022, o compromisso assumido com o Ministério do Meio Ambiente, retomamos o projeto e vamos fechar se tudo correr bem com todos os plantios já no próximo mês. Juarez sugere logo após que encerrar o projeto, os membros do conselho façam uma visita, para que possam conhecer esses trabalhos de restauração que tem muito haver na região de São Francisco no abastecimento dos mananciais do reservatório de Jaguari. Como sabemos a água do Jaguari é transposta do sistema Cantareira, e a produção de água é fundamental na bacia do Jaguari onde o Manara está tocando o plano de proteção ambiental, que vai se transformar numa lei. Está finalizando o uso e ocupação do entorno do reservatório que tem como cunho principal a questão da preservação desse manancial importante para a região metropolitana de São Paulo e para o Vale do Paraíba como um todo. Esse projeto do Fundo Nacional vem também contribuir com essa questão da pegada ambiental da produção de água. Juarez finaliza informando que está vendo a possibilidade de ampliar o pagamento dos serviços ambientais, que está se debruçando num projeto para ver a viabilidade de ampliar o pagamento para serviços ambientais aos produtores da região de São Francisco Xavier. Lucas Lacaz pergunta qual a meta para instalar esses 180 TEVAPS. Juarez responde que num prazo de

dois anos seja possível concluir, mas a grande dificuldade é a logística para chegar às propriedades. Manara informa que o TEVAP aglutina comunidades, um dos esforços do TEVAP é a realização de mutirões que vai ser pilotado pela educação ambiental e a condição de não aglomeração da pandemia colocou um obstáculo muito grande. Essa fase importante é a base, e o fundamento dessa tecnologia adaptada é de dar facilidade de instalação para que as pessoas possam depois se organizar e por elas mesmas não depender de recurso federal, para que possa utilizar, replicar a tecnologia e ampliar esse serviço de saneamento. Esse que é o grande propósito da tecnologia do TEVAP para sua fácil instalação, baixo custo e ser replicável. Manara espera que consiga retomar assim que libere esse quadro da pandemia essa fase importante do TEVAP, para assim acelerar os novos pedidos para que sejam implementados na sua área um tanque de transpiração. Com a palavra Juarez, que convida os conselheiros para visitar dois TEVAPS prontos. Manara agradece a lembrança de Juarez e pede que a secretaria executiva inclua na programação da visita, o Parque Santa Julia, PNMAR e Parque do Cerrado e que a nova lei da arborização, será enviada para a Câmara Municipal, as discussões internas já ocorreram e por fim, foram aprovados três projetos. Manara agradece Renato Veneziani pela força que tem dado à frente da presidência do Comitê de Bacia e que está preparando para encaminhar, no mínimo, mais dois projetos para o edital que está aberto até 30 de março. São dezesseis milhões para quatorze linhas temáticas. Então, será apresentada a ampliação desses dois projetos. O projeto de

restauração florestal, para avançar no plantio, fomentando a biodiversidade, e terá relação de mudas a serem implementadas. Já foi solicitado ao professor Fabiano Melo a relação daquelas espécies que servem a base da cadeia alimentar desses primatas. Então já direcionar o projeto de restauração florestal para oferecer mais quantidade de árvores que oferecem suporte à vida de primatas na Mantiqueira. Também teremos o lançamento de mais 100 TEVAPS com recurso para esse edital no dia quatro. Outros dois projetos que estamos provocando pessoas porque no município pode apresentar somente dois. A intenção é que São José dos Campos chegue com quatro projetos, estamos fazendo um trabalho com a UNESP e o Parque Tecnológico agora no começo de março para a qualidade ambiental dos córregos urbanos e obter de recursos para isso. Estamos trabalhando com o Marquinho em São Francisco Xavier para que possamos apresentar um projeto para uma entidade tratar da questão de resíduo sólido, porque São Francisco tem um problema muito sério, principalmente, nos períodos de visitação de turista, final de semana prolongado, as estradas rurais ficam entupidas de lixo. Um projeto será apresentado pela entidade Renova, uma ONG nova com apoio da prefeitura. São três ou quatro projetos que entraremos para esse próximo edital. Lembrando que já temos aprovado a segunda etapa do plano macrodrenagem para trabalhar a infraestrutura verde, micro drenagem e a melhoria do ambiente urbano. Já foram aprovados um milhão e 200 mil e estamos finalizando uma parceria com a fundação da USP para eles desempenharem isso para nós.

Outro plano de direção distrital de São Francisco Xavier, é uma iniciativa inédita no país, onde vamos dotar como plano diretor uma região que na biodiversidade na água será o grande fator de desenvolvimento urbano dos seus moradores. Manara rende suas homenagens ao Doutor Fernando Delgado da Consciência Ecológica, sempre um batalhador, um entusiasta dessa organização do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José dos Campos. Será encaminhada uma nota de pesar, de luto, para a família do Conselheiro Lincoln Delgado e para a imprensa em nome do Conselho Municipal de Meio Ambiente rendendo a devida homenagem a esse grande ambientalista. Com a palavra Ricardo Law que pergunta a respeito da previsão de quantos PEVS serão viabilizados até o final da gestão. Manara responde que a ideia é trabalhar um por ano, porque na gestão anterior tinha uma demanda reprimida e que não foi entregue nenhum, essa questão do incentivo ao uso do agregado reciclado para diminuir esse descarte irregular dos entulhos, com objetivo sempre de prover melhor condição de gestão dos resíduos sólidos. Manara agradece a todos pela presença. Nada mais a tratar encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Marcelo Pereira Manara

Presidente

Marisa do Prado Sá Durante

Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva